



54
1

106

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0168096-8

COMARCA: Recife

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)

AGRAVADO: Espólio de Gilvan Bezerra de Souza

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

5524

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALVARÁ JUDICIAL PARA LEVANTAMENTO DE RESÍDUO SALARIAL. NÃO INCIDÊNCIA DO ICD. SÚMULA Nº 25 DESTE TJPE. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Aplicação à espécie da Súmula 25 deste Tribunal, segundo a qual *“Não incide o imposto de transmissão causa mortis sobre resíduo salarial, nem sobre saldos de FGTS, PIS ou PASEP, não recebidos em vida pelo titular”*, ressalvado o entendimento pessoal do relator no sentido de que, seja em casos de arrolamento sumário, seja em procedimentos de jurisdição voluntária que visem a expedição de alvarás autorizativos de levantamento de resíduos de natureza salarial, não há que se controverter – nem tampouco decidir – a respeito da incidência ou não de ICD, porquanto matéria estranha àqueles procedimentos. 2. Agravo improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo de Instrumento nº 0168096-8, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao agravo, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 2ª de janeiro de 2010 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

107

51
P

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0168096-8

COMARCA: Recife

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)

AGRAVADO: Espólio de Gilvan Bezerra de Souza

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Cuida-se de **agravo de instrumento** interposto contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara de Sucessões e Registros Públicos da Comarca da Capital, que, no âmbito do Procedimento de Inventário nº 001.2000.006987-7, autorizou, dentre outras deliberações, a expedição de alvará para o levantamento de saldo salarial não recebido em vida pelo *de cujus*, sob o fundamento de que não incide o imposto de transmissão *causa mortis* sobre resíduo salarial, por se tratar de verba revestida de natureza alimentar.

Irresignada com esta parte da referida decisão, a Fazenda Estadual ajuizou o agravo de instrumento sob exame, sustentando, em suma, que: (i) a decisão recorrida contrariou o art. 155, I, da Constituição Federal, bem assim o art. 1º, III, da Lei Estadual nº 10.260/89 (com redação dada pela Lei Estadual nº 11.413/96), que instituiu o imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação no Estado de Pernambuco; (ii) a legislação estadual que disciplina a incidência do ICD prevê as possibilidades de isenção do aludido tributo, dentre as quais não se inserem as verbas salariais, que integram o patrimônio do *de cujus*.


Com esses argumentos, pugnou pela reforma da decisão agravada, para o fim de que se determinasse a incidência do ICD sobre as verbas salariais em questão.

Contra-razões às fls. 34/40, pela manutenção da decisão impugnada.

A douta Procuradoria de justiça ofereceu parecer pelo improvimento do agravo (cf. fls. 47/48).

É o essencial a relatar. Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 14 de janeiro de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0168096-8

COMARCA: Recife

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)

AGRAVADO: Espólio de Gilvan Bezerra de Souza

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Em hipóteses similares, tenho sustentado o seguinte entendimento:

"Tenho por fundamental, de proêmio, distinguir a hipótese de não-incidência de ICD (ou ainda de isenção), da hipótese de inexigibilidade do imposto no âmbito do procedimento de arrolamento, ou na expedição de alvará para levantamento das verbas de natureza salarial não recebidas em vida, de que trata a Lei Federal nº 6.858/80.

*Com efeito, o ICD é um imposto de competência estadual cuja regra-matriz de incidência, nos termos do art. 155, I, da Constituição Federal, é a **"transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos"**.*

*Dai o Superior Tribunal de Justiça ter assinalado que "o fato gerador do imposto causa mortis dá-se com a transmissão de propriedade ou de **quaisquer bens e direitos** e ocorre no momento do óbito" (Resp 679.463/SP, Rel. Min. Castro Meira, j. 14.12.2004)*

*Assim, da literal disposição constitucional, percebe-se que **todos os bens e direitos**, de toda e **qualquer natureza**, inclusive as verbas de natureza salarial, não recebidas em vida pelo de cujus, são suscetíveis, em tese, de incidência do ICD.*

*Isso porque tais verbas constituem **patrimônio** (expresso em **dinheiro**), as quais, não obstante as mais das vezes serem de pequeno valor, podem eventualmente consubstanciar quantias vultosas.*

Todavia, não obstante apanhados, em tese, pela regra-matriz de incidência do ICD, também é certo que o imposto correspondente a esses saldos de natureza salarial não é de ser exigido dos contribuintes respectivos em processos de arrolamento sumário, ou em pedidos de alvará para levantamento dos mesmos, nos moldes da Lei Federal nº 6.858/80, casos em que o imposto deverá ser objeto de lançamento administrativo, independentemente de controle judicial prévio.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

Com efeito, o art. 1.034 do Código de Processo Civil dispõe, verbis:

"No arrolamento não serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão de propriedade dos bens do espólio".

Logo, em sede de arrolamento, ou de expedição de alvará, descabe perquirir acerca da incidência, ou não, do ICD, ou de sua exigibilidade por parte da Fazenda Pública, porquanto essa questão deverá ser enfrentada e dirimida em sede administrativa, sem prejuízo – é claro – de subsequente apreciação judicial, em via própria, distinta, se for o caso.

O entendimento aqui realçado harmoniza-se perfeitamente, a meu sentir, à regra contida no art. 1º da Lei Federal nº 6.858/80, que assevera:

"Art. 1º. Os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social, ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento."

Deveras, a lei federal em tela não afirma que esses resíduos salariais são insuscetíveis de tributação pelo ICD (nem poderia dizê-lo, aliás, por falecer competência legislativa à União Federal para isentar ou estabelecer hipótese de não-incidência de imposto de competência dos Estados-membros).

O dispositivo em lume tão-somente estatui que, em se tratando de resíduos de natureza salarial, o respectivo pagamento deve ser feito independentemente de inventário ou arrolamento, à vista de alvará judicial, o qual, à toda obviedade, terá a função de certificar quem tem, concretamente, o direito de receber os resíduos, em ordem a assegurar a legitimidade do seu pagamento.

Tenho, por conseguinte, que, seja em casos de arrolamento sumário, seja em procedimentos de jurisdição voluntária que visem à expedição de alvarás autorizativos de levantamento de resíduos de natureza salarial, não há que se controverter – nem tampouco decidir – a respeito da incidência ou não de ICD, porquanto matéria estranha àqueles procedimentos.



57
110

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

Visto isso, observo que, ao declarar a "isenção" do ICD na hipótese dos autos - **em sede de procedimento de jurisdição voluntária** - o Juízo a quo em verdade apreciou, **de ofício**, questão relativa a lançamento de tributo, tangenciando, no ponto, a diretriz inserta no art. 1.034 do CPC.

Nesses termos, tenho por **injurídica** a assertiva, posta na sentença a quo, de que os valores em tela restariam "isentos" de ICD, questão estranha, segundo penso, ao procedimento em foco."

Não obstante, este Tribunal adotou, por amplíssima maioria, entendimento diverso, consoante se vê dos seguintes julgados:

CIVIL E TRIBUTÁRIO. PEDIDO DE ALVARÁ. RECEBIMENTO DE RESÍDUOS SALARIAL. APELAÇÃO INTERPOSTA PELA FAZENDA PÚBLICA. HIPÓTESE DE NÃO INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS. NÃO SE TRATA DE ISENÇÃO TRIBUTÁRIA. VERBA EM REFERÊNCIA SUBMETIDA AO DESCONTO DO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE. RECURSO IMPROVIDO.- Não incide o imposto de transmissão causa mortis sobre resíduo salarial recebido por viúva, em razão de se tratar de verba alimentar, não se constituindo em um bem patrimonial, além da verba em referência se submeter ao desconto do imposto de renda na fonte, afigurando-se ilegal a incidência do tributo pretendido pela Fazenda Pública, pela ocorrência de bi-tributação.- A sentença não conferiu isenção tributária à apelada, mas tão somente reconheceu a não incidência do tributo em referência.- Improvimento do apelo. Decisão unânime." (AC 0093507-3, Rel. Des. Márcio Xavier, 5ª Câmara Cível, DJ de 02/12/2004; no mesmo sentido, da mesma Câmara e de relatoria do Des. Leopoldo Raposo, cf. AC 0122904-9, DJ de 30/07/2005).

CIVIL E TRIBUTÁRIO - PEDIDO DE ALVARÁ - RECEBIMENTO PELA HERDEIRA DE RESÍDUO SALARIAL DEIXADO EM FAVOR DE SUA FALECIDA IRMÃ, EX-SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL - ATO SENTENCIAL HOSTILIZADO PELA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL NÃO TRATA DE ISENÇÃO TRIBUTÁRIA - A HIPÓTESE DOS AUTOS CUIDA-SE DE NÃO INCIDÊNCIA DO IMPOSTO EM FOCO - NÃO INCIDE O IMPOSTO DE TRANSMISSÃO "CAUSA MOTIS" SOBRE RESÍDUO SALARIAL - VERBA EM REFERÊNCIA JÁ SE SUBMETE AO DESCONTO DO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE - RECURSO IMPROVIDO. I) - Não incide o imposto de transmissão causa mortis sobre resíduo salarial recebido por herdeiro, em razão de se tratar de verba alimentar, não se constituindo em um bem patrimonial, além da verba em referência se submeter ao desconto do imposto de renda na fonte, afigurando-se ilegal a incidência do tributo pretendido pela Fazenda Pública pela ocorrência de bi-tributação. D'outra banda, o ato sentencial vergastado não conferiu isenção tributária à Apelada, mas tão somente reconheceu a não incidência do tributo em referência. II) - Convergentemente, foi negado provimento ao apelo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

(AC 0085882-6, Rel. Des. Siqueira Campos, 6ª Câmara Cível, DJ de 23/05/2003; no mesmo sentido, da mesma Câmara e relatoria, cf. AC 0082874-2, DJ de 28/08/2003).


Dito entendimento está atualmente cristalizado na **Súmula nº 25** desta Corte:

“Não incide o imposto de transmissão causa mortis sobre resíduo salarial, nem sobre saldos de FGTS, PIS ou PASEP, não recebidos em vida pelo titular”.

Nesse cenário, e em homenagem à necessária função uniformizadora do direito, curvo-me ao entendimento sumulado por esta Corte, razão por que **nego provimento** ao **agravo**, com a ressalva de meu entendimento pessoal.

É como voto.

Recife, 25 de janeiro de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator